

EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO ENSINO DE HISTÓRIA: ENTRE CURRÍCULO, MEMÓRIA E RESISTÊNCIA

EDUCATION FOR ETHNIC-RACIAL RELATIONS IN HISTORY TEACHING: BETWEEN CURRICULUM, MEMORY, AND RESISTANCE

Maguinolia Bueno Maia¹
Sandra Maria Ferreira da Cunha Soares²
Elizane da Silva Guimarães Pondé³
Maria de Fátima Barreira Rezende Vieira⁴
Carlos Voltinho Coelho Silva⁵
Elen Shery Silva Duarte⁶

RESUMO: Este estudo tem como objetivo geral analisar como o ensino de História pode promover a Educação das Relações Étnico-Raciais a partir da articulação entre currículo, memória e resistência. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, fundamentada no materialismo histórico-dialético, buscando compreender as relações estabelecidas entre os sujeitos, os contextos e as condições históricas e sociais que os constituem, com base em Marconi e Lakatos (2017) e Siqueira e Pereira (2019). Para tanto, realiza-se uma análise de charges como recursos imagéticos e pedagógicos para o ensino de História, considerando sua articulação entre linguagem visual e escrita e os sentidos produzidos em determinados contextos históricos e sociais. A discussão fundamenta-se em Moreira (2025), Atallah (2019), Rocha *et al.* (2026), Maia *et al.* (2026), Pereira Júnior *et al.* (2026) e Flores (2002), autores que contribuem para a compreensão do currículo, da memória, do ensino de História, das relações étnico-raciais e da utilização de imagens como possibilidades de leitura crítica. As charges analisadas são compreendidas como produções que permitem problematizar diferentes representações sociais, relações de poder, preconceitos e formas de resistência. Como resultado, evidencia-se que o uso das charges pode ultrapassar a função meramente ilustrativa, constituindo-se como recurso para uma aprendizagem histórica mais crítica, significativa e contextualizada, contribuindo para a problematização das desigualdades étnico-raciais e para o reconhecimento das diferentes memórias, identidades e contribuições que constituem a formação da sociedade brasileira.

Palavras-chave: Ensino de História. Relações Étnico-Raciais. Memória.

¹Mestranda em História das Populações Amazônicas (PPGHISPAM) pela Universidade Federal do Tocantins (UFT).

²Mestranda em História das Populações Amazônicas (PPGHISPAM) pela Universidade Federal do Tocantins (UFT).

³Especialista em Linguagem, Letramento e Ciberultura na Educação Básica pela Universidade Estadual de Goiás (UEG).

⁴Especialista em Metodologia do Ensino de Artes pela Faculdade Internacional de Curitiba (FACINTER EAD).

⁵Especialista em Coordenação Pedagógica e Supervisão Escolar pelo Centro Universitário Cidade Verde (UniCV).

⁶Doutoranda em Linguística e Literatura pela Universidade Federal do Norte do Tocantins (PPGLIT/UFNT).

ABSTRACT: This study aims to analyze how History teaching can promote Education for Ethnic-Racial Relations through the articulation of curriculum, memory, and resistance. The research is qualitative and grounded in historical-dialectical materialism, seeking to understand the relationships established among subjects, contexts, and the historical and social conditions that constitute them, based on Marconi and Lakatos (2017) and Siqueira and Pereira (2019). To this end, the study analyzes cartoons as visual and pedagogical resources for History teaching, considering their articulation between visual and written language and the meanings produced within specific historical and social contexts. The discussion is grounded in Moreira (2025), Atallah (2019), Rocha et al. (2026), Maia et al. (2026), Pereira Júnior et al. (2026), and Flores (2002), whose contributions address curriculum, memory, History teaching, ethnic-racial relations, and the use of images as possibilities for critical reading. The cartoons analyzed are understood as productions that enable the problematization of different social representations, power relations, prejudice, and forms of resistance. The results indicate that the use of cartoons can go beyond a merely illustrative function, constituting a resource for more critical, meaningful, and contextualized historical learning, contributing to the problematization of ethnic-racial inequalities and to the recognition of the different memories, identities, and contributions that constitute the formation of Brazilian society.

Keywords: History Teaching. Ethnic-Racial Relations. Memory.

INTRODUÇÃO

Nas escolas e nas grades curriculares, todas as disciplinas possuem sua relevância e sua função para o processo de ensino e aprendizagem, inclusive estabelecendo relações interdisciplinares, sem que seja necessário que o professor trabalhe cada conhecimento de forma isolada em sua aula.

Entretanto, nota-se que a disciplina de História atravessa uma dimensão que, embora também esteja presente nas demais áreas, nela se apresenta de maneira particular: a relação com o tempo. Isso porque cada palavra, cada elemento e cada acontecimento carregam uma história, um passado e determinadas relações que, muitas vezes, permaneceram na oralidade humana, sem necessariamente terem sido registrados.

Nesse sentido, o educador que leciona História tem a possibilidade de trabalhar com uma área dinâmica, composta por diferentes temporalidades, memórias, experiências e disputas narrativas. Ensinar História, portanto, não se limita à apresentação de acontecimentos do passado, mas envolve também problematizar quais histórias foram registradas, quais foram silenciadas e quais memórias permanecem presentes nas experiências dos sujeitos.

Assim, o ensino de História constitui um importante espaço para a compreensão das transformações sociais e para a construção crítica sobre o passado e o presente. Para além do desenvolvimento de habilidades e competências, a disciplina possibilita discutir relações

sociais, identidades, diferenças e formas de compreender e tratar o ser humano, contribuindo para a reflexão sobre a sociedade e suas possibilidades de transformação.

Nesse contexto, o currículo assume um papel fundamental, pois sua concretização ocorre em diferentes níveis, desde as orientações nacionais e as propostas dos sistemas de ensino até as práticas desenvolvidas no cotidiano escolar e em sala de aula (Neto, 2009). Assim, pensar o currículo implica também considerar quais sujeitos, histórias e memórias são valorizados no processo educativo. Meira (2020) destaca a complexidade das discussões curriculares e das relações entre pensamento, reformas e práticas, evidenciando a necessidade de compreender o currículo para além de uma perspectiva meramente normativa.

Essa discussão ganha relevância no campo da Educação para as Relações Étnico-Raciais, em especial diante da necessidade de enfrentar desigualdades e práticas racistas presentes nos espaços educacionais. Nessa direção, a Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ) busca promover ações voltadas à superação das desigualdades étnico-raciais e do racismo, envolvendo toda a comunidade escolar (Brasil, 2024).

Diante disso, este estudo parte do seguinte problema: de que maneira o ensino de História pode promover a Educação das Relações Étnico-Raciais por meio da articulação entre currículo, memória e resistência? Assim, tem como objetivo geral analisar como o ensino de História pode promover a Educação das Relações Étnico-Raciais a partir da articulação entre currículo, memória e resistência.

MÉTODOS

Para tanto, a pesquisa caracteriza-se como qualitativa, na qual a escolha se dá pela capacidade de revelar a compreensão coexistente entre os fenômenos sociais e educacionais em sua complexidade, a partir das relações estabelecidas entre os sujeitos, os contextos e as condições históricas que os constituem, conforme os pressupostos apresentados por Marconi e Lakatos (2017).

No desenvolvimento da pesquisa, adota-se o método do materialismo histórico-dialético, centrado na captação de entendimento da realidade social a partir de suas determinações históricas, materiais e contraditórias. Nessa perspectiva, busca-se compreender os fenômenos para além de sua manifestação imediata, considerando as relações que os constituem e as transformações históricas da sociedade em diferentes tempos. Para Siqueira e

Pereira (2019), a concepção materialista da História parte da compreensão de que a realidade social é uma construção temporal e sempre em evolução e mudança, sendo necessário considerar suas condições materiais e as relações que delas emergem.

Gil (2008) destaca que a concepção hegeliana de dialética, de natureza idealista, foi criticada por Karl Marx e Friedrich Engels, que a colocaram sobre bases materialistas, atribuindo centralidade às condições materiais da realidade. Assim, o materialismo dialético pode ser compreendido como um método de interpretação da realidade, fundamentado na análise das relações, contradições e transformações que constituem os fenômenos sociais.

A partir desse direcionamento teórico-metodológico, a pesquisa volta-se à análise de publicações que apresentam elementos relacionados a preconceitos e intolerâncias de classe, gênero e raça, buscando compreender criticamente como essas questões são representadas e problematizadas. A escolha desse material está relacionada à possibilidade de analisar as imagens presentes nos livros didáticos e nas aulas de História como elementos que não apenas acompanham os textos escritos, mas também produzem sentidos sobre a realidade, o passado e as relações sociais.

Nesse sentido, as imagens assumem relevância como fontes de análise, uma vez que carregam representações importantes e podem contribuir para a compreensão das formas pelas quais determinados sujeitos, acontecimentos e relações sociais são apresentados no ensino. Klosowski de Paula (2024) destaca que, por serem produções humanas e representarem aspectos de uma realidade histórica, as charges constituem fontes históricas, sendo disseminadas por diferentes suportes, físicos e, atualmente, também digitais, atravessando gerações.

Entre essas produções, destaca-se a charge, compreendida como um texto geralmente publicado em jornais e, em regra, constituído por um único quadro, no qual a ilustração apresenta personagens, situações, ambientes e objetos, podendo ser acompanhada de comentários escritos. Dessa maneira, a charge articula elementos visuais e verbais na construção de sentidos sobre determinada situação social (Flores, 2002).

A análise dessas produções, portanto, parte da compreensão de que as imagens não são elementos neutros, mas constituem formas de representação que podem revelar concepções, valores, conflitos e relações presentes em determinado contexto histórico. Desse modo, sua utilização na pesquisa possibilita problematizar como questões relacionadas às relações étnico-raciais, aos preconceitos e às diferentes formas de intolerância podem aparecer no ensino de História quando articuladas ao currículo, à memória e às formas de resistência.

DISCUSSÃO E RESULTADOS

A disciplina de História e a compreensão do peso que o seu ensino assume no processo formativo devem ser mobilizadas também pela possibilidade de romper paradigmas e contribuir para a resistência aos estigmas que produzem e reproduzem preconceitos relacionados à raça e à etnia, especialmente quando se considera a diversidade que constitui a formação do povo brasileiro.

Com isso, ensinar História não significa apenas apresentar acontecimentos, datas ou personagens já consolidados pelos registros oficiais, mas possibilitar que diferentes experiências e formas de conhecimento também ocupem espaço no processo de aprendizagem. Pereira Júnior *et al.* (2026) apontam que os ensinamentos acadêmicos, muitas vezes, se distanciam das aprendizagens construídas nas ruas e nos espaços populares.

Desse modo, o estudante passa a ocupar um lugar de visibilidade no processo de aprendizagem, sendo reconhecido como sujeito capaz de participar, questionar e construir conhecimentos (Pereira Júnior *et al.* 2026). No ensino de História, essa perspectiva amplia as possibilidades de compreender as diferentes memórias, experiências e trajetórias que constituem a sociedade, permitindo que sujeitos e narrativas silenciadas também sejam considerados na construção do conhecimento.

5

A BNCC destaca a valorização do tempo vivido pelo estudante e de seu protagonismo, compreendendo a História como um campo que possibilita problematizar diferentes experiências, culturas e sociedades (Brasil, 2018). Essa visão amplia a compreensão do ensino de História para além da transmissão de conhecimentos previamente estabelecidos, reconhecendo o estudante como sujeito que participa da construção dos sentidos atribuídos ao passado e às experiências sociais.

Nota-se que, o distanciamento entre os conhecimentos acadêmicos e aqueles construídos nos espaços cotidianos não significa que estes últimos devam ser desvalorizados. As experiências adquiridas nas ruas, nas conversas e nas relações sociais podem revelar importantes perspectivas sobre a realidade e contribuir para a construção do conhecimento nos espaços escolares e acadêmicos. Assim, reconhecer esses saberes é também considerar o estudante como sujeito de experiências, capaz de participar, questionar e produzir conhecimentos a partir das relações que estabelece com seu contexto social (Pereira Júnior *et al.*, 2026).

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais, o ensino de História é comprometido com a construção da identidade, o exercício da cidadania e a superação de abordagens

tradicionais (Brasil, 1997). Assim, o currículo não deve ser compreendido apenas como um conjunto de conteúdos, mas em elemento que orienta escolhas, práticas e formas de interpretar os conhecimentos históricos.

Neto (2009) compreende o currículo como um processo que se concretiza em diferentes níveis, desde as orientações nacionais até as práticas desenvolvidas pelos professores em sala de aula. Meira (2020), por sua vez, evidencia a aproximação entre os estudos do currículo e da história da educação, especialmente na análise histórica das disciplinas escolares. Essas contribuições permitem compreender que o currículo de História envolve disputas de sentidos sobre quais conhecimentos, sujeitos e memórias são selecionados e valorizados no espaço escolar.

Assim, discutir a Educação das Relações Étnico-Raciais implica ampliar as possibilidades de representação histórica, valorizando diferentes memórias, identidades e formas de resistência. O ensino de História, portanto, pode contribuir para questionar silenciamentos e perspectivas históricas excludentes, favorecendo uma educação comprometida com a diversidade e com o enfrentamento do racismo.

Ensino de história, aprendizagem e educação para as relações étnico-raciais

6

Entende-se, portanto, que a aprendizagem escolar deve relacionar-se às experiências, aos conhecimentos prévios e às características dos estudantes, exigindo práticas pedagógicas que favoreçam sua participação no processo educativo. Essa relação adquire ainda maior relevância quando o estudante se reconhece no conhecimento que aprende, compreendendo aspectos relacionados às suas origens.

No ensino de História, essa perspectiva possibilita ampliar a compreensão da formação dos diferentes grupos da sociedade brasileira, permitindo ao estudante refletir sobre suas origens, vivências e identidades. Elementos como a alimentação, os modos de vida, as características corporais e os cabelos, que podem ser compreendidos não apenas como aspectos individuais, mas também como discursos atravessados por histórias, culturas e processos sociais. Dessa forma, conhecer a própria história é reconhecer a diversidade que compõe a formação do povo brasileiro e pode contribuir para a construção de pertencimento e para a problematização de preconceitos e estigmas produzidos ao longo do tempo.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais destacam que a aprendizagem significativa envolve a elaboração de hipóteses, a experimentação e a consideração dos aspectos afetivos,

motivacionais e relacionais presentes na trajetória escolar dos estudantes (Brasil, 1997). Sendo importante, relacionar o conhecimento histórico às experiências dos estudantes pode favorecer não apenas a apropriação dos conteúdos, mas também a construção de sentidos sobre si, sobre o outro e sobre a sociedade da qual fazem parte.

A atuação docente deve reconhecer as diferenças sociais, culturais e individuais dos estudantes, criando condições para sua participação e aprendizagem no espaço escolar (Brasil, 1997). No ensino de História, essa abordagem relaciona-se à construção da identidade e da cidadania, uma vez que o conhecimento histórico contribui para a compreensão das relações entre indivíduos, grupos sociais, culturas, valores e diferentes gerações (Brasil, 1999).

A Base Nacional Comum Curricular, aponta que o conhecimento histórico é produzido a partir de questões do presente e por diferentes sujeitos. Assim, o ensino de História deve estabelecer relações entre passado e presente, considerando diferentes temporalidades, experiências e formas de produção do conhecimento (Brasil, 2018).

A partir dessa relação, torna-se necessário problematizar quais sujeitos, acontecimentos e memórias são contemplados no ensino de História. A legislação educacional brasileira estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, embora sua implementação ainda apresente desigualdades. Dados apresentados por Brasil (2025) evidenciam diferenças nas taxas de analfabetismo e de conclusão do Ensino Médio entre a população branca, preta e parda, indicando a permanência de desigualdades educacionais relacionadas à dimensão étnico-racial.

O racismo também permanece presente no cotidiano escolar. Segundo Brasil (2025), pesquisa realizada pelo Observatório da Fundação Itaú, apontou que 54% dos professores entrevistados já presenciaram situações de racismo entre estudantes, percentual que alcançou 67% nos anos finais do Ensino Fundamental.

Nesse panorama, a Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola organiza suas ações em sete eixos estruturantes, conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 – Eixos estruturantes da PNEERQ

Eixo	Denominação
1	Fortalecimento das redes educacionais e do regime de colaboração
2	Diagnóstico e monitoramento da implementação do art. 26-A da LDB
3	Formação dos profissionais da Educação
4	Material didático, paradidático e literário

5	Protocolos de identificação e respostas ao racismo na Educação
6	Afirmação das Trajetórias Quilombolas
7	Difusão de Saberes

Fonte: Elaborado pelas autoras com base em Brasil e Todos pela Educação (2025).

Os eixos evidenciam uma abordagem que articula gestão educacional, formação, materiais pedagógicos, enfrentamento do racismo e valorização dos saberes e trajetórias quilombolas. Desse modo, a PNEERQ apresenta-se como uma política voltada ao fortalecimento da Educação para as Relações Étnico-Raciais e da Educação Escolar Quilombola, buscando enfrentar desigualdades educacionais, combater o racismo e valorizar as identidades étnico-raciais no ambiente escolar (Brasil, 2025).

Ensino de história, memória e experiências sociais pela leitura visual

O processo de ensino e aprendizagem acontece por diferentes formas e por meio de distintos recursos, sendo a linguagem visual uma possibilidade importante para a construção do conhecimento. No contexto escolar, imagens, ilustrações, charges, fotografias e outros recursos visuais podem favorecer a compreensão de determinados conteúdos, especialmente quando articulados à leitura, à interpretação e às experiências dos estudantes. Muitas vezes, uma imagem consegue reunir elementos que remetem a acontecimentos, modos de vida, relações sociais e experiências construídas ao longo de diferentes períodos históricos, possibilitando ao estudante estabelecer relações que ultrapassam aquilo que está apresentado por meio da linguagem escrita.

No ensino de História, o uso de recursos visuais pode assumir uma dimensão ainda mais significativa, uma vez que possibilita diferentes formas de aproximação com o passado e com as memórias que atravessam a sociedade. A leitura de uma imagem não se limita ao ato de observar, mas envolve interpretar os elementos que a constituem, questionar os sentidos produzidos e relacioná-los ao contexto histórico e social em que foram construídos.

Essa perspectiva também se relaciona às escolhas realizadas no currículo, uma vez que o ensino de História envolve a definição de quais conhecimentos, narrativas e experiências serão incorporados ao processo educativo. O currículo, nesse sentido, constitui também uma forma de seleção cultural entre diferentes saberes sociais (Moreira, 2025).

A memória assume papel relevante na construção das identidades e na compreensão das relações sociais, embora historicamente tenha sido atravessada por disputas de poder que

contribuíram para a valorização de determinadas narrativas em detrimento de outras (Atallah, 2019).

Assim, o ensino de História não deve restringir-se à memorização de datas e acontecimentos, mas possibilitar a articulação entre os conhecimentos escolares e as experiências, memórias e saberes construídos pelos estudantes em seus territórios e contextos socioculturais (Rocha *et al.*, 2026). Essa perspectiva contribui para que a aprendizagem histórica se relacione às questões sociais contemporâneas, favorecendo a formação crítica e a compreensão do mundo pelos estudantes (Maia *et al.*, 2026).

A problematização das relações sociais, do racismo, das desigualdades étnico-raciais e das diferentes formas de discriminação amplia a função social do ensino de História, ao mesmo tempo em que evidencia a necessidade de um currículo menos rígido e mais articulado às realidades vivenciadas pelos sujeitos (Rocha *et al.*, 2026).

Desse modo, memória, currículo e ensino de História constituem dimensões interligadas, marcadas tanto pela construção e transmissão de conhecimentos quanto pelas disputas em torno das narrativas, identidades e saberes que ganham espaço no contexto escolar (Atallah, 2019; Moreira, 2025).

A construção de saberes no espaço escolar, entre eles, nas aulas de História, pode constituir-se como instrumento de reflexão e de enfrentamento dos preconceitos ainda presentes na sociedade. Ao possibilitar que os estudantes conheçam diferentes trajetórias, culturas, modos de vida e processos de formação da população brasileira, o ensino de História contribui para que questões relacionadas à raça e à etnia sejam compreendidas de maneira crítica e respeitosa. Esse movimento permite que o estudante não apenas conheça determinados acontecimentos históricos, mas também reflita sobre as origens e as experiências dos diferentes grupos que constituem a sociedade brasileira, reconhecendo a diversidade como parte de sua formação histórica e social.

Nesse sentido, a aprendizagem pode aproximar-se das experiências dos estudantes e de elementos presentes em seu cotidiano, favorecendo a construção de sentidos sobre aquilo que é estudado. Aspectos relacionados aos modos de vida, à alimentação, às características culturais e às diferentes formas de expressão e identidade podem constituir pontos de partida para a compreensão de processos históricos mais amplos. Dessa maneira, recursos como as charges podem contribuir para uma aprendizagem mais significativa e lúdica.

Charges como recursos para a leitura crítica das relações étnico-raciais no ensino de história

É nesse contexto que as charges podem ser compreendidas como recursos para o ensino de História e para a problematização das relações étnico-raciais. Por articularem elementos visuais e verbais, essas produções possibilitam observar como determinados acontecimentos, sujeitos e conflitos são representados em diferentes contextos históricos e sociais. Sua utilização pode favorecer uma leitura que ultrapassa a compreensão imediata da imagem, conduzindo o estudante à reflexão sobre os sentidos produzidos, as relações sociais representadas e os contextos nos quais essas produções foram elaboradas.

A leitura de uma charge, portanto, não se limita à identificação de seus elementos visuais ou à compreensão imediata de seu texto. Escrita e ilustração integram-se de tal modo que, por vezes, torna-se difícil compreender a charge sem considerar a relação estabelecida entre esses dois códigos e o contexto discursivo no qual está inserida. Conforme Flores (2002), a compreensão da charge envolve a articulação entre seus elementos e o interdiscurso presente como memória, que orienta a produção de sentidos em determinado contexto.

Figura 1 – Descobrimento?



Fonte: Blog do AFR.com. Charge Descobrimento do Brasil – Nazaedu. 2024.

A primeira charge pode ser analisada a partir da articulação entre seus elementos visuais e escritos, especialmente pela forma como representa a população indígena que habitava o território brasileiro antes da chegada dos europeus. A representação possibilita problematizar o modo como esses povos, muitas vezes, são colocados em segundo plano nas narrativas

históricas, enquanto a chegada dos europeus ocupa posição central nos relatos sobre a formação do Brasil.

Nesse sentido, a charge provoca uma leitura crítica sobre a maneira como o chamado “Descobrimento do Brasil” foi historicamente apresentado, evidenciando a necessidade de considerar os povos indígenas como sujeitos que já possuíam histórias, culturas, territórios e formas próprias de organização antes da presença europeia.

Ao trazer essa representação para o campo do ensino de História, a charge possibilita questionar narrativas que privilegiam a perspectiva europeia e reduzem a participação dos povos originários na construção da história brasileira. A imagem, portanto, pode ser compreendida como uma forma de problematização da memória histórica, ao colocar em evidência aquilo que determinadas narrativas tradicionais deixaram à margem.

Pereira Júnior *et al.* (2026) destacam que, apesar da existência de leis e políticas públicas, a sociedade brasileira ainda enfrenta desafios relacionados à efetivação de direitos e à valorização da condição humana, evidenciando a permanência de preconceitos que atravessam as relações sociais. Com isso, a partir do materialismo histórico-dialético, essa análise busca considerar os fenômenos em sua realidade concreta, compreendendo-os a partir das condições históricas e sociais nas quais são produzidos.

11

Não se trata, portanto, de observar a charge apenas como uma imagem ou produção humorística, mas de compreendê-la como uma manifestação inserida em determinado contexto e atravessada pelas relações sociais de seu tempo. Nessa perspectiva, os elementos representados podem ser analisados em suas relações, contradições e determinações históricas, possibilitando uma leitura que ultrapasse a aparência imediata da produção (Siqueira; Pereira, 2019).

Figura 2 – Onde não me aperta, não me interessa?



Fonte: União. Charge Somália, 2017. Disponível em: <https://juniao.com.br/>

A segunda charge possibilita ampliar a discussão sobre as relações entre representação, memória e relações étnico-raciais. A composição inicia-se com o próprio título apresentado em forma de interrogação, recurso que contribui para provocar o leitor e direcionar sua atenção para a problemática representada. A pergunta assume, nesse sentido, uma dimensão crítica ao evidenciar espaços de violência marcados pela ignorância e pela dificuldade de reconhecer as marcas históricas que atravessam as relações étnico-raciais.

A partir dessa construção, a charge não apenas apresenta uma situação, mas provoca questionamentos sobre as formas pelas quais determinados sujeitos e experiências são compreendidos socialmente. A interrogação presente no título pode ser entendida como um convite à reflexão sobre preconceitos e a ausência de conhecimento acerca da formação histórica e cultural da sociedade brasileira. Dessa maneira, a charge possibilita ao estudante refletir sobre como a ignorância e a falta de reconhecimento das diferentes raízes que constituem o Brasil podem contribuir para a manutenção de práticas discriminatórias e de formas de violência simbólica e social.

Sua análise evidencia não apenas a ausência de empatia diante das experiências vivenciadas pela população negra, mas também a permanência de formas de preconceito racial relacionadas ao desconhecimento ou à negação da participação africana na formação histórica e cultural da sociedade brasileira.

12

Nesse sentido, a charge permite problematizar a compreensão limitada sobre as raízes que constituem o povo brasileiro, uma vez que a história do Brasil também é marcada pelas trajetórias, culturas, conhecimentos, resistências e contribuições dos povos africanos e de seus descendentes. Ao trazer essa questão para o ensino de História, a imagem possibilita refletir sobre como determinadas memórias podem ser silenciadas ou apresentadas de forma secundária, enquanto outras ocupam maior espaço nas narrativas escolares e sociais.

A representação também conduz à reflexão sobre a permanência das marcas deixadas pelo racismo ao longo da história. O sofrimento vivenciado pela população negra não pertence apenas ao passado, pois seus efeitos podem permanecer nas relações sociais contemporâneas. A partir dessa leitura, torna-se possível problematizar acontecimentos, relações de poder, desigualdades e diferentes formas de representação social. Assim, a charge pode favorecer uma aproximação entre o conhecimento histórico e questões presentes na realidade social.

O uso das charges, nesse sentido, pode também despertar o interesse dos estudantes pelas temáticas abordadas, uma vez que esse gênero se caracteriza, entre outros aspectos, pela produção do humor e pela elaboração de críticas relacionadas a determinada realidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das discussões realizadas, compreende-se que o ensino de História, quando articulado à memória, às experiências sociais e às relações étnico-raciais, pode constituir-se como espaço de reflexão, questionamento e resistência diante de preconceitos e estigmas historicamente construídos. A análise das charges permitiu perceber que esses recursos ultrapassam uma função meramente ilustrativa, pois articulam linguagem visual e escrita, possibilitando problematizar acontecimentos, representações, relações de poder e diferentes formas de compreender a formação da sociedade brasileira.

Nesse sentido, sua utilização no ensino pode aproximar o conhecimento histórico das experiências dos estudantes, favorecendo uma aprendizagem mais crítica, significativa e relacionada às questões presentes no cotidiano. As charges analisadas também evidenciaram a necessidade de ampliar as narrativas sobre a formação brasileira, reconhecendo a presença, as contribuições, as memórias e as resistências dos povos indígenas e africanos e de seus descendentes, de modo a enfrentar ações que produziram silenciamentos e desigualdades.

13

Assim, pensar o currículo, a memória e o ensino de História a partir das relações étnico-raciais significa também reconhecer que ensinar é possibilitar diferentes formas de leitura da realidade e da diversidade que constitui a sociedade brasileira. Como possibilidade para pesquisas futuras, permanece a necessidade de ampliar a investigação para outros recursos visuais, livros didáticos, práticas pedagógicas e diferentes contextos escolares.

REFERÊNCIAS

ATALLAH, C. C. A. Ensino de História, memória e regionalismo: uma análise do currículo de Campos dos Goytacazes. **MÉTIS: História & Cultura**, v. 18, n. 35, p. 245-265, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio. Parte IV – Ciências Humanas e suas Tecnologias**. Brasília, DF: MEC, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ)**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2025.

FLORES, Onice Claro. **A leitura da charge**. Canoas, RS: Ed. ULBRA, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KLOSOWSKI DE PAULA, Larissa. **As charges no ensino de História**: algumas considerações sobre seus usos nos livros didáticos escolares. 29 de Abril: Revista de História, [S. l.], v. 4, n. 7, p. 72-89, 2024. DOI: 10.4025/29a.v4i7.74468. Disponível em: . Acesso em: 12 set. 2026.

MACEDO NETO, Manoel Pereira de. **Parâmetros Curriculares Nacionais de História**: desafios e possibilidades da História ensinada na Educação Básica. Revista História em Reflexão, Dourados, v. 3, n. 6, jul./dez. 2009.

MAIA, M. B.; OLIVEIRA, D. de A.; BARROS, H. C. F. L.; SILVA, S. C. da; KERBER, T. G.; ROCHA, E. F. da. **Deconstructing prejudice through narrative**: the use of literature for anti-racist education in high school history classes. Artefactum – Revista de Estudos Interdisciplinares, v. 25, n. 6, e3601, 2026. DOI: 10.23900/artefactum.v25i6.3601.

MEIRA, Letícia Mara de. **Sobre a história do currículo**: temas, conceitos e referências das pesquisas brasileiras. Revista Brasileira de Educação, v. 25, e250051, 2020.

MOREIRA, Daiana Junqueira. **O ensino de História Local e Regional**: possibilidades e desafios no currículo de História de São Francisco de Itabapoana. Revista Cantareira, n. 40, 2025. Disponível em: . Acesso em: 7 set. 2026.

PEREIRA JÚNIOR, E.; ALVES, L. dos S.; KERBER, T. G.; SANTOS, L. F.; VIEIRA, M. de F. B. R. **Between Freire and Freyre**: education, power, and social relations in the formation of Brazilian society. Artefactum – Revista de Estudos Interdisciplinares, v. 25, n. 7, e3734, 2026. DOI: 10.23900/artefactum.v25i7.3734.

ROCHA, E. F. da; OLIVEIRA, D. de A.; SANTOS, L. F.; SILVA, C. V. C.; SILVA, A. P. da; MAIA, M. B. **Da memória ao currículo vivo**: a história local como prática pedagógica. Revista DCS, v. 23, n. 94, e6842, 2026. DOI: 10.54899/dcs.v23i94.6842.

SIQUEIRA, Sandra M. M.; PEREIRA, Francisco. **O materialismo histórico**. Salvador: LeMarx/FACED/UFBA, 2019.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Análise da Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ)**. São Paulo: Todos Pela Educação, fev. 2025.

NAZAEDU. **Charge Descobrimento do Brasil**. 2024. Disponível em: . Acesso em: 12 set. 2026.

UNIÃO. **Charge Somália**. 2017. Disponível em: . Acesso em: 12 set. 2026.